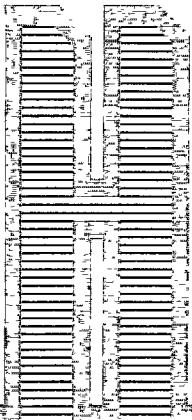




DIÁRIO



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 078

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1986

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 134<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE AGOSTO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO GILSON DE BARROS — Situação do funcionalismo público.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 8/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.181, de 10-12-84, que restabelece o incentivo fiscal de que trata o Decreto-lei nº 1.932, de 1982. **Votação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 18/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.180, de 4-12-84, que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens de capital importados por empresas concessionárias dos serviços de transporte ferroviário ou metroviário de pas-

sageiros ou de carga. **Votação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 19/86-CN, aprovando texto do Decreto-lei nº 2.182, de 11-12-84, que altera a legislação do Imposto de Renda. **Votação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.183, de 19-12-84, que descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica. **Votação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.184, de 20-12-84, que altera a redação o art. 2º do Decreto-lei nº 6, de 21-11-66, que modificou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 21/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.185, de 20 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos. **Votação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial nº 40/86 (nº 14/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.186, de 20 de dezembro de 1984, que institui o imposto sobre serviços de comunicações e dá outras providências. **Apresentação adiada** por falta de **quorum**, para o prosseguimento da sessão.

#### 1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se terça-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

## Ata da 134<sup>a</sup> Sessão Conjunta, em 21 de agosto de 1986

### 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 47<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Jorge Kalume*

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Amir Gaudêncio — Maurício Leite — José Urbano — Nivaldo Machado — Alaor Coutinho — Moacyr Dalla — Alfredo Campos — Severo Gomes — José Fragelli — Enéas Faria — Arnor Damiani.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Josué de Souza — PFL.

Rondonia

Múcio Athayde — PMDB.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB.

Maranhão

Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Freitas Neto — PFL.

Ceará

César Cals Neto — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — PFL; José Maranhão — PMDB; Octacilio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

José Jorge — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Roberto Freire — PCB.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MARIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

**Alagoas**

Oséas Cardoso — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PMDB; Hélio Dantas — PMDB.

**Bahia**

Djalma Bessa — PFL; Elquisson Soares — PDT; Felix Mendonça — PTB; França Teixeira — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL.

**Espírito Santo**

Myrthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

**Rio de Janeiro**

Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PMDB; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; Mac Dowell Leite de Castro — PMDB; Osmar Leitão — PFL.

**Minas Gerais**

Altair Chagas — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Jorge Carone — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Bacchini — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Genoino — PT; Maluhy Neto — PFL; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Renato Cordeiro — PDS; Samir Achôa — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Siqueira Campos — PDC.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PFL; Ary Kffuri — PDS; Paulo Marques — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Evaldo Amaral — PFL; Luiz Henrique — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Muller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Guido Moesch — PDS; Pedro Germano — PDS; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Geovani Borges — PFL.

**Roraima**

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores e 109 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson de Barros.

**O SR. GILSON DE BARROS** (PDT — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o funcionalismo público, a cujos quadros temos a honra de pertencer, sempre viveu perseguido e humilhado pelos poderosos que, ao longo do tempo, dominaram a liderança civil brasileira. A começar pelos processos de recrutamento, nem sempre honestos e eficientes, o servidor público termina sendo vítima de interesses escusos e imorais. E são estes interesses que o oprimem, que o submetem, que o seviciam dolorosamente, transformando-o num conjunto heterogêneo de pessoas que se homogenizam na forçada subserviência ao poder dos chefes.

A questão da efetividade no cargo e a questão da estabilidade no serviço público são as principais lutas do funcionalismo, mesmo porque, indubitavelmente, é justamente a falta de segurança no emprego que transforma o "barnabé" em objeto de manipulação dos seus chefes, que abusam dessa situação de forma covarde e imoral. Chefes existem que, para impor sua frágil liderança, procuram exercer sobre o servidor uma autoridade arbitrária, tirando-lhe a chance de autodeterminar-se, tanto

no serviço como até mesmo fora dele. Por medo de perder o emprego, tão difícil num ambiente de recessão econômica e mais difícil ainda num contexto de desvalorização calculada da mão-de-obra, o funcionário público vê-se obrigado a cumprir exigências e ordens descabidas e, de quando em vez, perde inclusive a liberdade de ser e de pensar politicamente. Quantos já não foram ou ainda são perseguidos pelo simples fato de pertencerem a partidos diferentes daquele dos seus chefes?

O advento da farsa chamada Nova República, por certo, deu um novo alento, uma nova perspectiva, uma nova esperança. Contudo, agora, desfeita a ilusão, após constatarmos que a Nova é até pior que a Velha República, verificamos que o funcionalismo público continua sofrendo as piores perseguições. O funcionalismo militar é impedido de pensar e de falar em política, porém já conseguiu a sua estabilidade aos 10 anos de efetivo serviço. Os regulamentos disciplinares os oprimem de tal forma que terminam virando meio cidadão, sem voz e sem vez. Já o funcionalismo civil apenas com dificuldades consegue a estabilidade e sujeita-se às transferências de cargos, símbolos e carreiras, bem como às remoções. Os cargos de chefia quase sempre são exercidos por apaguidos políticos. As mordomias são abusivas. Os de mais baixa categoria sofrem pela insegurança e pelo salário miserável, e o atual Governo Sarney, com o seu famigerado Plano Cruzado, fez diminuir mais ainda os vencimentos, soldos, gratificações e diárias complementares. E o que fez o PMDB? Por que estes meus antigos companheiros, após chegarem ao poder nacional, escondem-se dos funcionários públicos? Por que, agora, o PMDB está procedendo da mesma maneira que nós, antes, tanto condenávamos? Por que na CIBRAZEM, como exemplo, os vencimentos foram reduzidos em 17,75% graças aos esforços do Governo Sarney de enganar e de iludir a Nação?

Lá em Mato Grosso, Senhores, todos os chefes realmente competentes e honestos sofrem perseguições. Na SUCAM, demitiram o competente Professor de Medicina Clóvis Botelho. Na CIBRAZEM exoneraram o Vereador Gomeraldo de Barros, um jovem engenheiro agrônomo que estava moralizando aquele órgão e que era na verdade amigo de todos os funcionários. Ele só não gostava dos ladrões, dos corruptos, dos incompetentes. Estes foram dispensados sumariamente para que os bons pudessem trabalhar. Gomeraldo foi exonerado simplesmente porque era duro no serviço, energético no cumprimento da lei e, assim como o Clóvis Botelho, pretendia, como de fato ainda pretende, votar em nós para Governador de Mato Grosso. O servidor Antônio Alves Cunha, de Rondonópolis, teve o mesmo castigo. Até quando a Nação vai aguentar as mentiras da Nova República? Vamos à luta, já!

Será que foi para isso que fizemos tanto esforço?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativo nºs 8, 18, 19, 20, 22, 21/86-CN; e

da Mensagem Presidencial nº 40/86-CN.

Não há, entretanto, **quorum** em plenário para o prosseguimento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se terça-feira, dia 26 do corrente, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário,

destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativo nºs 19 e 20, de 1986-CN (9ª Sessão); 22, de 1986-CN (8ª Sessão); 21, de 1986-CN, e da Mensagem Presidencial nº 40, de 1986-CN (3ª Sessão).

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)*

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

#### VIA-SUPERFÍCIE

Anual .....	Cz\$ 116,00
Semestral .....	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 0,17

### SEÇÃO II (Senado Federal)

#### VIA-SUPERFÍCIE

Anual .....	Cz\$ 92,00
Semestral .....	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP.: 70.160

# REVISTA DE INFORMAÇÃO

## LEGISLATIVA N° 88

Está circulando o nº 88 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 400 páginas, contém as seguintes matérias:

### COLABORAÇÃO

- Constituição e Instituições — José Arthur Rios
- As bases constitucionais do Direito Penal Democrático — René Ariel Dotti
- Os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito brasileiro — Almir de Oliveira
- Teoria do Direito e crítica histórica — Nelson Saldanha
- Ideologismo e ciência política — J. Cretella Júnior
- O poder regional. Autonomia municipal e constituinte — José Nilo de Castro
- O contencioso administrativo e a nova meta da especialização da Justiça — uma proposta de reforma do Poder Judiciário — Dilvanir José da Costa
- O sistema internacional de patentes e a nova ordem econômica internacional — considerações breves — Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- Aquisição da propriedade pelo usucapião — Sílvio Meira
- A reforma agrária, o Executivo e o Congresso Nacional — Paulo de Figueiredo

- A consolidação da burguesia rural no Distrito Federal: aspectos ideológicos — Vilma Figueiredo, Brancolina Ferreira e Caetano Ernesto Pereira de Araújo
- Subsídios a uma metodologia para assentamento de agricultores — Marcus Venício Alves da Cunha
- A lei antitruste brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE: alguns aspectos — José Inácio Gonzaga Franceschini
- A nova lei das concordatas — Márcio Antônio Inacarato
- De nuevo sobre la prisión provisional en España — Antônio M<sup>a</sup> Lorca Navarrete
- A prevenção da reincidência — Armida Bergamini Miotto
- Medida cautelar de separação de corpos — Domingos Sávio Brandão Lima
- A edição no Brasil — Fábio Maria de Mattia
- O aprimoramento da proteção aos direitos de autor na reprografia e a necessidade de retorno do domínio público remunerado — Carlos Alberto Bittar

À venda na  
Subsecretaria de Edições  
Técnicas  
Senado Federal



Anexo I  
22º andar

Assinatura para  
1986 (nºs 89 a 92):  
Cz\$ 160,00

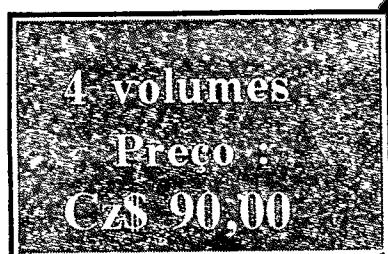
# CONSTITUIÇÃO FEDERAL

## E

# CONSTITUIÇÕES

## ESTADUAIS

- Textos atualizados, consolidados e anotados da Constituição Federal e das Constituições de todos os Estados.
- Remissões, nas Cartas Estaduais, aos dispositivos da Constituição Federal.
- Notas: redações anteriores e declarações de constitucionalidade
- Índice temático da Constituição Federal
- Índice temático geral de todas as Constituições Estaduais



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP. 70160)

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 07/1203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,17**